

Congresso aprova Orçamento de Cz\$ 120 trilhões para a União

JORNAL DO BRASIL 16 DEZ 1988 JORNAL DA TARDE

BRASÍLIA — Bastante adulterado em relação ao texto aprovado na sexta-feira pelo plenário do Congresso Nacional, o Orçamento Geral da União foi encaminhado ontem pelo presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), à Presidência da República. A União terá para gastar no próximo ano Cz\$ 77 trilhões 845 bilhões de receitas do Tesouro e mais Cz\$ 42 trilhões 524 bilhões de outras receitas (administração indireta, fundos da administração federal, operações oficiais de crédito). Os parlamentares viraram pelo avesso o projeto original do orçamento, enviado pelo governo ao Congresso, em agosto. O presidente tem agora a prerrogativa de vetar o texto no todo ou em parte.

Ontem pela manhã o presidente do Congresso colocou em votação uma interpretação regimental preparada pelo presidente da comissão de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), visando isentar a redação final do texto orçamentário, de uma nova aprovação pelo plenário. Carvalho argumentava que o texto não havia sido alterado pelo plenário, em sua primeira votação na sexta-feira, não havendo portanto necessidade de ser votado novamente. Embora alguns parlamentares suspeitassem de que o projeto havia sofrido mudanças

após a votação do plenário, o parecer de Carvalho acabou sendo aceito, através de uma votação simbólica comandada por Lucena.

O texto orçamentário divulgado ontem altera valores de pelo menos seis ministérios em relação às cifras que constam do parecer do relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), aprovado pelo Congresso. Cresceram as dotações dos ministérios da Educação, Fazenda, Previdência e Assistência Social, enquanto decaíram os recursos destinados aos ministérios do Interior, da Habitação e Bem Estar Social e da Agricultura. Nem o deputado Cid Carvalho, nem o relator da Comissão, senador Almir Gabriel, foram localizados ontem em Brasília para explicar as distorções do texto. O diretor de Orçamento do Senado Federal, José Carlos Alves dos Santos, informou que os valores foram alterados para acolher as determinações de emendas aprovadas no âmbito da Comissão. O funcionário não quis comentar, porém, a constitucionalidade desta decisão.

O projeto de lei do orçamento sofreu ainda várias outras modificações, não constantes do parecer aprovado na sexta-feira. Foram introduzidos dispositivos que regulamentam a distribuição de re-

ursos do Fundo Especial de Desenvolvimento para os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e prevêm a partilha da receita decorrente do excesso de arrecadação tributária para oito privilegiados ministérios: Exército, Marinha, Aeronáutica, Indústria e Comércio, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Interior e Transportes.

A fórmula de rolagem (desobrigação de pagamento imediato) da dívida externa dos estados e municípios, votada pelo Congresso, também sofreu pequenas alterações. Os compromissos de pagamento do estado de Santa Catarina foram reduzidos em 37% (caindo de Cz\$ 6 bilhões para Cz\$ 3 bilhões, 833 milhões — a preços de junho), provocando uma alteração dos valores a serem recolhidos por alguns estados. O estado de São Paulo, por exemplo, teve seu compromisso de pagamento ampliado de Cz\$ 91 bilhões 314 milhões, para Cz\$ 94 bilhões 162 milhões. A Comissão de Orçamento introduziu ainda no texto a obrigatoriedade da União fixar legislação permitindo o pagamento destes débitos através de créditos que os devedores tenham junto ao Tesouro Nacional. O governo começa a examinar hoje o projeto orçamentário e tem até 31 de dezembro para acolhê-lo ou vetá-lo no todo ou em parte.